



**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº: PE-006/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0701001/2025-SEDUC**  
**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA (MERENDA ESCOLAR/PNAE).**

Trata-se de Recurso Administrativo em face a Decisão na fase de habilitação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-006/2025** apresentada pela empresa IGX COMERCIAL LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 52.768.211/0001-72, na plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, na qual requereu a reforma da decisão prolatada na fase de habilitação, por ter sido desclassificada em decorrência do não atendimento aos itens 6.4.2, 6.4.3 e 6.5.1 do Edital.

### **I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE**

Antes de ingressar propriamente no mérito, cabe analisar o requisito de admissibilidade do respectivo Recurso Administrativo.

Cumpra-se asseverar que se trata-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico e, portanto, regido pela Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.024/19.

A previsão de apresentação de recursos junto ao certame, além da previsão legal, está especificamente prevista no item “10. DOS RECURSOS” do citado edital, havendo previsão com relação a interposição de recursos por parte dos licitantes, referente ao julgamento da proposta de preço, da habilitação ou inabilitação de licitantes, da anulação ou revogação da licitação.

Mais especificamente, o item 10.2 estabelece que quando o recurso apresentado tratar de impugnação relacionado ao ato de habilitação de proposta do licitante, como observado no presente caso, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, nos estritos termos do que determinam as alíneas “a” e “b” do item referido.

Já o item 10.2.1 do Edital estabelece que, as razões recursais em face a decisão que julgar a fase de habilitação, devem ser apresentadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação da decisão da fase de habilitação.

Sendo assim, analisando a documentação relacionada ao certame, a empresa Recorrente manifestou a intenção de recorrer em 14/02/2025 (12:41hs), logo após a declaração de desabilitação no certame em questão, dentro do prazo do edital (10 minutos), interpondo e apresentando as razões recursais em 19/02/2025 (02:16hs).

Portanto, em sede de admissibilidade, foram preenchidos, por parte da Recorrente, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na 14.133/2021, sendo considerado **ADMITIDO** o recurso, passando-se a partir desse momento, a análise do mérito.

### **II – DAS RAZÕES RECURSAIS**



Em apertada síntese, a Recorrente discorre acerca da sua inabilitação ante o não cumprimento das exigências estabelecidas nos itens 6.4.2, 6.4.3 e 6.5.1 do Edital em epígrafe, referente à ausência de apresentação do Balanço Patrimonial, atestado da boa situação financeira assinada por profissional reconhecido junto ao Conselho Regional de Contabilidade e atestado de capacidade técnica para fornecimentos dos produtos.

Também afirma que o vencedor do LOTE 01, ALANO RONIELLE GURGEL DE MELO, CNPJ: 10.304.102/0001-54, deve ser desclassificado em decorrência de suposto descumprimento do item 5.13 do Edital por apresentar garantia da proposta incompatível com o montante estabelecido no instrumento convocatório.

Por fim, a Recorrente ainda apresentou argumentos relacionados ao excesso de formalismo, proporcionalidade e razoabilidade, sobre os objetivos da licitação pública citando o princípio da finalidade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Fez juntar também alguns dispositivos legais, algumas doutrinas acerca dos temas relacionados, afirmou o excesso de formalismo durante o procedimento licitatório, requerendo a reforma da decisão, a aplicação do efeito suspensivo e a habilitação no certame e por fim, o encaminhamento à Autoridade Superior e ao Ministério Público Estadual, caso não haja o atendimento ao pleito recursal.

Assim, no intuito de dirimir os possíveis equívocos em relação ao Pregão Eletrônico acima citado no que diz respeito ao cumprimento das exigências constantes nos itens 6.4.2, 6.4.3 e 6.5.1, o Pregoeiro do Município de Iracema/CE, apresenta a resposta ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa ora Recorrente.

### **III - DA ANÁLISE DE MÉRITO**

#### **A) DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou edital preceitua que a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento, denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e, ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

Conclusão direta e imediata, decorrente do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e das regras expressas previstas na legislação de regência das licitações, é que o edital do certame tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, destinado a regular as relações jurídicas vocacionadas à contratação pública.

O conteúdo normativo do instrumento convocatório é evidente, e consubstanciado nas regras da disputa licitatória, nas regras relativas à formação e execução do contrato, na previsão dos tipos infracionais específicos e nas sanções correspondentes para o cometimento de infração, nas regras de conduta dos agentes públicos, na exigência de cumprimento de outras normas que guardem relação com a licitação ou com o futuro contrato, e nas regras de conduta exigíveis de licitantes e contratados.



Trata-se de instrumento destinado à regulação de uma certa, determinada e específica relação jurídica licitatória e contratual, o que, contudo, não lhe retira a natureza jurídica de ato administrativo normativo.

Por fim, sabe-se que uma norma jurídica se evidencia por conter preceito e sanção. O instrumento convocatório contém preceitos e sanções para o descumprimento de seus preceitos – características, portanto, de uma norma jurídica.

Autoridade, nos termos do disposto no art. 6º, VI da Lei nº 14.133/21 é o “agente público dotado de poder de decisão”. Neste caso específico, relacionada a competência para editar o instrumento convocatório, é o agente público dotado de poder adotar as decisões necessárias para a administração e para a gestão administrativa, financeira e orçamentária da organização pública dentre as quais, a decisão sobre o conteúdo do instrumento convocatório.

Isto posto, conclui-se que o estabelecimento de especificações dispostos no edital e este, justamente pelo princípio licitatório da isonomia, obriga a todos os interessados a participar no certame a atender as especificações contidas no respectivo instrumento convocatório.

## **B) DA DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

De antemão, cumpre destacar que o objeto do presente certame é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA REDE DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA (MERENDA ESCOLAR/PNAE).**

Cabe ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias. Aliás, este é o ensinamento da Lei nº 14.133/21, que prescreve, *in verbis*:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Assim, cumprirá ao edital traçar em seu corpo, dentre outras diretrizes, aquelas imprescindíveis à aferição da habilitação dos licitantes. Somente desta forma será garantido um julgamento objetivo e isonômico, sem deixar margens a avaliações subjetivas.



De mais a mais, é também finalidade do edital o atendimento do interesse público, a saber, o da população do município de Iracema(CE), este que se manifesta também na discricionariedade da administração. Assim, cabe ao ente público, na pessoa do servidor/comissão legalmente constituída manifestar a vontade do povo, tudo dentro dos ditames legais e princípios norteadores da administração.

Na verdade, a discricionariedade e arbitrariedade em muito se distinguem, tanto que Bandeira de Mello, acerca do agir discricionário e do agir arbitrário, explica cuidadosamente:

"não se confundem discricionariedade e arbitrariedade. Ao agir arbitrariamente o agente está agredindo a ordem jurídica, pois terá se comportado fora do que lhe permite a lei. Seu ato, em consequência, é ilícito e por isso mesmo corrigível judicialmente. Ao agir discricionariamente o agente estará, quando a lei lhe outorgar tal faculdade (que é simultaneamente um dever), cumprindo a determinação normativa de ajuizar sobre o melhor meio de dar satisfação ao interesse público por força da indeterminação quanto ao comportamento adequado à satisfação do interesse público no caso concreto".

Durante décadas houve debates, tanto no plano jurídico como no plano político, na tentativa de exclusão da discricionariedade. Todavia, restou reconhecida a necessidade desta para um sistema administrativo com mais agilidade e presteza nos serviços públicos. Esse reconhecimento é fruto da modernidade, pois é impossível ao legislador, mesmo o mais árduo e capacitado, consignar na norma todas as situações do cotidiano detalhadamente.

Neste sentido, o pensador John Locke, citado por Andreas J. Krell, afirma que "muitas questões há que a lei não pode em absoluto prover e que devem ser deixadas à discricção daquele que detenha nas mãos o poder executivo, para serem por ele reguladas, conforme o exijam o bem e a vantagem do público".

Este é o fundamento para a existência da discricionariedade, que se caracteriza por uma parcela de liberdade concedida à administração, para realizar a melhor opção no caso concreto, em nome do interesse público.

Em verdade, até mesmo o Poder Judiciário é impedido de adentrar o mérito dos atos administrativos, sendo-lhe limitado ater-se à análise de legalidade destes!

Desta feita, não restam dúvidas que cabe à Administração Pública a definição das especificações do certame, não havendo que se falar em quebra de qualquer princípio licitatório, até por que todos os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública como o processo licitatório foram efetivamente cumpridos no presente pregão.

### **C) RESPOSTAS DAS RAZÕES RECURSAIS**

Sobre os argumentos apresentados nas razões recursais, conforme resumidamente citado acima, percebe-se de pronto que estas não merecem prosperar,



por afrontar dispositivos legais, editais e princípios que regem a administração pública.

Em relação ao descumprimento do item 5.13 do Edital pela empresa vencedora do LOTE I, cumpre esclarecer que o critério utilizado para o julgamento da licitação foi o de menor preço por lote, conforme estabelecido no referido Edital.

Considerando que o critério de julgamento adotado é o menor preço por lote, a garantia da proposta deve estar vinculada ao lote para o qual o licitante apresentou a sua oferta, visto que exigir uma garantia global para toda a licitação seria desproporcional, podendo onerar indevidamente os licitantes.

No caso específico da empresa ALANO RONIELLE GURGEL DE MELO, vencedora do LOTE I, referente ao fornecimento de hortifruti, foi apresentada a garantia de proposta exclusivamente para o lote em que a empresa estava efetivamente concorrendo, ou seja, para o LOTE I.

Dessa forma, pode-se concluir que a empresa ALANO RONIELLE GURGEL DE MELO cumpriu adequadamente a exigência de apresentação da garantia da proposta, tendo em vista que esta foi apresentada exclusivamente para o lote no qual a empresa estava participando da licitação, conforme as condições estabelecidas no Edital.

No que se refere ao descumprimento da exigência prevista no item 6.4.2, referente ao Balanço Patrimonial, não assiste razão à Recorrente, uma vez que, em reanálise da documentação apresentada, constatou-se que a empresa protocolou apenas o Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2023.

Todavia, conforme exigido no edital, a empresa deveria ter apresentado os balanços dos dois últimos exercícios, o que não foi cumprido, uma vez que o balanço - abertura e fechamento de 2022 não foi apresentado, caracterizando o descumprimento da exigência editalícia.

É importante ressaltar que não há nenhuma ilegalidade ou irregularidade nas **exigências editalícias constantes no item 6.4.3** do edital com relação às exigências referentes à apresentação da declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, legalmente reconhecido junto ao Conselho Regional de Contabilidade, comprovando a boa saúde financeira da empresa, na forma exposta no dispositivo editalício citado.

A Lei Federal nº 14.133/2021 que trata das licitações e contratos administrativos no Brasil, define em seu artigo 69 a documentação relativa à habilitação econômico-financeira que visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, senão vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:



I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

Dá análise do citado dispositivo legal, verifica-se que o §1º do artigo 69 expressamente permite a exigência da declaração que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, como no caso ora em análise, não havendo nenhuma ilegalidade ou exigência descabida junto ao presente certame.

Como observado no parágrafo citado, há uma discricionariedade da Administração Pública em exigir a apresentação da citada declaração, o que de fato foi escolhido pela municipalidade, no caso do pregão ora em comendo, a fim de que fosse, mais um instrumento LEGAL de comprovação a boa saúde financeira da empresa licitante e da plena capacidade para atendimento ao objeto proposto.

O próprio Tribunal de Contas da União, em seu manual "Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU"<sup>1</sup>, trata do tema ratificando a possibilidade da Administração Pública exigir a apresentação da declaração citada, em cumprimento aos ditames legais, senão vejamos:

#### "5.5.4. Habilitação Econômico-Financeira

A habilitação econômico-financeira é útil para comprovar a aptidão econômica do licitante para assumir as obrigações decorrentes da futura contratação, devendo ser apurada de forma objetiva, por meio de coeficientes e índices econômicos previstos no edital, os quais devem estar devidamente justificados no processo licitatório[1].

(...)

Assim, cabe à Administração, na fase preparatória do procedimento licitatório, escolher quais índices serão utilizados e como serão avaliadas as informações referentes a ambos os exercícios financeiros, justificando a sua decisão[8].

Por oportuno, cabe mencionar que, no âmbito do TCU, a solução adotada foi exigir que os indicadores previstos no edital sejam calculados para cada exercício financeiro, de forma a

<sup>1</sup> Link: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-5-4-habilitacao-economico-financeira/>



apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis[9].

**Pode a Administração exigir do licitante declaração, assinada por contador habilitado, de que a empresa atende aos índices estipulados no edital[10].” (Grifos Nossos)**

Sendo que, como constatado junto ao processo administrativo não houve a apresentação da citada declaração por parte da empresa Licitante, o que fatalmente acarreta a sua inabilitação, por ausência de apresentação de documentos constantes no edital, devidamente amparados na legislação.

No que tange aos argumentos do Recorrente, apresentados em suas razões recursais, estes não tem o condão de dar guarida à reforma da decisão de inabilitação ora pleiteada, por ser completamente fora dos ditames legais.

O princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas devem ser sopesados com os princípios aplicáveis à licitação, já que a linha entre regularização de falhas e favorecimento indevido é bastante tênue, sendo importante levar em conta que a licitação não é para amadores, razão pela qual o licitante deve ser diligente quanto ao cumprimento das exigências disciplinadas em edital.

Acerca do descumprimento da **exigência do item 6.5.1**, referente ao Atestado de Capacidade Técnica, a empresa Recorrente afirma que se encontra com contrato firmado em outros órgãos públicos aguardando a devida ordem de fornecimento, tendo, portanto, a capacidade técnica para executar o referido objeto.

Ocorre que verificando os atestados de capacidade técnica da licitante constatou-se que o objeto não refere-se ao objeto do lote 01, ou seja, não contém produtos de HORTIFRUTI, sendo incompatível com o lote concorrido.

O atestado que descreve um objeto diverso do contratado não reflete a real experiência da empresa nas condições específicas do contrato. Essa divergência compromete a veracidade e a adequação da capacidade técnica atestada para a execução do objeto licitado.

O atestado de capacidade técnica deve ser compatível com o objeto da licitação, ou seja, a experiência demonstrada pelo atestado precisa ser diretamente relacionada ao objeto do Lote 01, que, no caso, trata de produtos hortifrúti. Se o atestado apresentado pela licitante não comprova a execução de serviços ou fornecimento de produtos dessa categoria específica, ele não atende ao requisito mínimo para comprovar a qualificação técnica da empresa para o lote licitado.

Conforme art. 75, §2º da Lei nº 14.133/2021, a documentação relativa à qualificação técnica será considerada válida, desde que ateste a compatibilidade da experiência com o objeto da licitação.

No caso específico, o atestado apresentado pela licitante não se refere a produtos hortifrúti, e o Lote 01 da licitação é específico para esse tipo de fornecimento, sendo o atestado **incompatível** com o objeto da licitação e, portanto,



deve ser considerado inválido. Isso ocorre porque a qualificação técnica deve refletir a experiência no fornecimento específico de produtos hortifrúti, o que não ocorre no caso de um atestado genérico ou relacionado a outro tipo de produto.

Aceitar um atestado incompatível, como no caso da licitante que não tem experiência específica no fornecimento de hortifrúti, pode resultar na contratação de uma empresa que não seja capaz de executar o contrato de maneira eficiente, comprometendo a qualidade dos produtos fornecidos.

Dessa forma, os atestados de capacidade técnica da licitante devem ser considerados **inválidos**, e a licitante **desclassificada**, já que não atende aos requisitos legais e editalícios, prejudicando a integridade e a lisura do processo licitatório.

## V - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente se mostraram **INSUFICIENTES** para conduzir-me à reforma da decisão de inabilitação proferida junto ao certame relacionado ao Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-SRP-006/2025** combatido, considerando que Administração Pública iniciou a respectiva licitação visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Iracema/CE, 27 de fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente  
FRANCISCO DAS CHAGAS CAVALCANTE FERNANDES  
Data: 27/02/2025 14:45:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**FRANCISCO DAS CHAGAS CAVALCANTE FERNANDES**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA/CE**